

Reunião Comissão Ambiental e Grupo de Trabalho**Data: 26/11/13****Local: SEF/CUASO Duração : 6 horas****Presentes:**

Massola - SEF

Carlos - PG

Cristina Toledo - EACH

Homero - GT

Rogério - SEF

Bruno - SERVMAR

Aline - SERVMAR

Michele – Comissão Ambiental EACH

Fabiana – Comissão Ambiental EACH

Samir – Prefeitura do Campus

Evandro - GT

Paulo - GT

Sidnei Martins - Prefeitura do Campus

Márcio - EACH

Dominique - GT

Welinton – Comissão Ambiental USP

Pontos de pauta inicial:

1. Reunião na CETESB conforme anuncio já efetuado, ou seja, dias 27 ou 28, conforme agendada pela SERVMAR que amanhã confirmará a data e horário (a princípio de manhã).
2. Assuntos do Ministério Público de alerta para interdição da área.
3. Resultados de medições efetuadas pela SERVMAR - discussões.

Ou alteração de pauta, iniciando pelo tópico 2 junto com 1

1. Interdição e reunião com a CETESB

- a) Segundo a Procuradoria Geral, a USP ainda não foi intimada a manifestar-se sobre a decisão liminar de 21 de novembro de 2013.
- b) A USP considera que um recurso contra a ação liminar é defensável apenas se for embasado em laudo técnico a partir de proposições de ações efetivas já logradas e também da aquiescência da CETESB.

- c) Nós da EACH, fomos arguidos mais de uma vez sobre se a comunidade quer ou não deixar as atuais dependências da EACH temporariamente em função de uma interdição, ou seja, se a comunidade ratifica ou não um recurso à liminar.
- d) Nós informamos sobre o apreço da comunidade pela Escola e que, de forma geral, a comunidade pretende manter-se no espaço, desde que ele não corra risco e que seja seguro e que isto seja garantido permanentemente. A nossa expectativa é que as medidas de monitoramento/remediação sejam imediatamente implantadas, porém ainda demandam estudos e análises.
- e) Para avaliar com a CETESB um novo plano técnico de cumprimento das condicionantes pela USP (condição essencial para um recurso à interdição) foi solicitada uma reunião com a toda a equipe da CETESB, a SERVIMAR e USP.
- f) A SERVIMAR protocolou pedido de reunião na Agência Tatuapé em 22/11/2013. Há possibilidade que ocorra ainda nesta semana.
- g) A CETESB realizou vistoria na EACH no dia 26/11/2013, mas ainda não se manifestou quanto à reunião até o presente momento.
- h) A SERVIMAR tem contrato (via FUSP) até janeiro/2014, quando se comprometeu a entregar os relatórios do monitoramento dos gases e da terra (apenas área central), inclusive com uma avaliação de risco à saúde dos usuários nesta área, bem como um termo de referência para a contratação de empresa para realizar o mapeamento da contaminação de solos, água subterrânea e gases de toda a EACH.
- i) A execução desta avaliação e mapeamento de toda a EACH somente ocorrerá no final de 2014.
- j) A SEF está elaborando o edital de licitação para contratar uma empresa para a continuidade das ações na EACH. Mas haverá um período que o monitoramento ou ação de alguma empresa provavelmente não ocorrerá em função da tramitação para a contratação de uma empresa vencedora.
- k) Foi proposto a compra de equipamentos e de treinamento de dois funcionários (possivelmente contratados) para medição dos gases

durante este período.

- l) Mais de um representante da USP demonstrou preocupação com a reconquista da confiança da CETESB e também entre os membros do GT e Comissão Ambiental. Foi constante na fala do Sidnei e também do Wellington. O Sidnei também chamou a atenção para a unificação do discurso, demonstrando assim a coesão de ideias entre nós.
- m) Uma grande problemática alegada pelos representantes da SEF para as soluções da EACH e também para o não atendimento dos prazos definidos pela CETESB é a Lei 8666. O que não foi questionado pelo Ministério Público ou CETESB.
- n) Coube à Procuradoria buscar alternativas na lei e à SEF formas de montar editais que contornem a situação. Isto se faz necessário caso a USP pretenda sucesso no recurso, pois reapresentar os prazos já questionados pela CETESB resultaria em nova negativa e nenhum avanço na relação com a Agência e o MPE.

3. Resultados de medições efetuadas pela SERVIMAR - discussões.

- a) Quanto à extração do metano (emergencial), está sendo realizada por bombeamento realizado por equipamento portátil apenas no A3, onde há rede de exaustão abaixo da lage que permite esta solução. No A3, a execução desta solução provisória diminuiu efetivamente a concentração de metano abaixo do limite mínimo de explosividade. Mas o problema é: só há uma bomba e ela deve ficar tempo integral e não alternando entre os edifícios. Encaminhamento imediato: compra de outras bombas de sucção para permitir o funcionamento simultâneo.
- b) Nos demais prédios identificados com concentrações de metano acima deste limite (Laranjinha e I4) esta solução não é possível por não haver rede de exaustão abaixo das lages.
- c) No Laranjinha a solução é a interdição, em função da precariedade da estrutura do prédio.

- d) No I4 a solução ainda não foi implantada pela SEF pois houve a necessidade de paralização de todas as atividades.
- e) Mas, bomba não resolve problema em alguns prédios onde a laje é muito larga, como no I1 (pois acaba-se bombeando água).
- f) Como medida permanente pretendem retomar o sistema passivo (chaminé), mas não para todos os prédios (I1 e prédios de laje larga precisam de outra solução).
- g) A SERVIMAR se comprometeu a realizar medidas diárias de monitoramento, pois como existia uma necessidade de observar diversos pontos não estava ocorrendo as medições nesta periodicidade.
- h) A SERVIMAR se comprometeu a mandar os dados periodicamente, e também trabalhará os dados na forma de gráficos para os relatórios.

Alguns outros esclarecimentos:

- i) A metodologia de monitoramento dos gases: A e B referem-se à profundidade dos poços – (A) = superfície / (B) = 1,20 m profundidade.
- j) O limite de explosividade do metano situa-se entre 5 e 15%, mas níveis mais altos também são preocupantes, já que os teores variam bastante no tempo e condições do terreno e atmosféricas. Sob as edificações o metano deve ficar abaixo de 5%, logo a extração deve ser permanente e o monitoramento deve ser realizado continuamente.
- k) A metodologia da coleta das amostras de solo e água subterrânea aterro ilegal da área central: o método foi sistemático e amostrou 104 pontos, a 30 cm e a 1 m de profundidade. Foram amostrados 1481 pontos na área total.
- l) A SERVIMAR não havia feito uma análise aprofundada dos resultados, pois tinha recebido os resultados na véspera.
- m) Entretanto, em análise superficial, já era possível detectar pontos com contaminantes, como metais e alguns outros elementos.

- n) Foi encontrado, principalmente, PCB's. (Ascarel – contaminante cancerígeno proveniente de transformadores e que demandam tratamento específico, como incineração). De imediato, a SERVIMAR sugere a retirada de solo destes pontos.
- o) Surgiu a dúvida sobre como será retirada a terra com os usuários na EACH, pois esta movimentação de terra poderia gerar poeira. Uma sugestão do Rogério (SEF) é umedecer para evitar este problema.
- p) Há necessidade de se estabelecer um plano de contingência e emergência para a EACH, tratando deste temas.
- q) A SERVIMAR não foi contratada para a análise nas demais áreas do aterro ilegal (ficará para a próxima contratada), mas apresentará plano de prospecção para elaboração do edital (o que comporá o plano de ações).

A SERVIMAR elaborou um plano de ações com proposições para o monitoramento da área (contaminantes do solo e água, condições do terreno) e também soluções para apresentação na reunião da CETESB e também embasamento do recurso para o MPE.

Entretanto, em função da nova situação foi discutido a revisão deste plano com a inclusão de novas medidas. Este novo plano estabelece etapas emergenciais, a curto e a médio prazo.

Propostas:

– IMEDIATO:

- (1) Reformular e por em prática os planos de contingência e emergência;
- (2) promover momentos de comunicação à comunidade, tanto pela publicação dos dados como de palestras e reuniões;
- (3) reunião com a CETESB para apresentação do novo plano de ações;
- (4) subsidiar com laudo técnico o recurso sobre a interdição;
- (5) o monitoramento deve ser diário
- (6) Manter a extração dos gases onde existe o sistema de exaustão;
- (7) contatar o IPT para a implantação do sistema permanente de extração e estudo de outras possibilidades nos casos em que a chaminé não é recomendada;
- (8) Elaborar editais e termos de referência para contratação das empresas (gerenciamento ambiental; de operação);
- (9) Dimensionar o volume de terra contaminada e iniciar o planejamento para a sua retirada;

(10) Contatar incisivamente a subprefeitura do município de São Paulo para a autorização de corte de vegetação na área da chaminé para início da amostragem da terra do aterro ilegal;

(11) reunião com a comunidade da EACH no dia 29.11.2013 às 9 horas, na EACH, local a ser definido.

– **CURTO PRAZO:**

- (1) até final de janeiro SERVIMAR apresenta relatório com o monitoramento dos gases, as análises da terra do aterro ilegal na área central e também aponta os riscos à saúde dos usuários para esta área;
- (2) contratação de empresas (substituta da SERVIMAR) e também executora das ações relativas às exigências ambientais;
- (3) montagem e instalação do sistema de extração permanente dos gases em todos os prédios, mantendo o monitoramento para verificar a eficiência do sistema;
- (4) início da prospecção de todo o terreno quanto aos contaminantes do solo e água subterrânea e também das condições do terreno;
- (5) retirada da terra contaminada da área central (talvez seja parcial, apenas dos pontos com contaminação);
- (6) finalização das análises do aterro ilegal nas demais áreas e retirada da terra contaminada;

– **MÉDIO PRAZO:**

- (1) Finalização da prospecção da área, possivelmente um ano, para amostrar em períodos secos e chuvosos;
- (2) Realização de Análise de risco à saúde de toda a área.
- (3) Manutenção do monitoramento;
- (4) prosseguimento das medidas de gerenciamento ambiental da área, possivelmente com a continuidade das medidas de remediação (depende dos dados da prospecção).

O Márcio e a Silvana foram enfáticos em cobrar um posicionamento sobre a questão da interdição e "para onde iremos", pois no cenário, é isto que temos de concreto. A Cristina alertou para as dificuldades de mover laboratórios didáticos e pesquisa. A nossa percepção é que eles estão no cenário do recurso e que ainda não pensaram nada sobre "para onde iremos". Após um tempo de discussão, o Massola disse que pode encaminhar a demanda, mas que não é a SEF que cuidará disto.

Solicitamos que as formas de comunicação sejam mais eficientes, e que tanto representantes EACH do GT como da Comissão Ambiental sejam

envolvidos em todas as discussões e ações sobre a problemática ambiental da escola. Consideramos que está será uma das formas de restabelecer a confiança do grupo.

Atenciosamente,
GT e Comissão Ambiental